

O Mundo Medieval

A Desagregação do Mundo Romano Ocidental

Entre os séculos II e III o Império começou a sentir os sinais da crise. A diminuição do número de escravos, as rebeliões nas províncias, a anarquia militar e as invasões bárbaras. Com relação as invasões é importante notar que a região européia do império passou a ser ocupada por povos nômades, de diferentes origens e em alguns casos, que realizavam um processo de migração, ou seja, sem a utilização de guerra contra os romanos. A crise econômica determinada pela crise do modo de produção escravista determinou um acentuado processo de ruralização populacional, determinando novas formas de organização sócio econômica, baseada no trabalho do colono e no desenvolvimento da *Villae*, grande propriedade que tendeu a auto-suficiência e a uma economia natural. O enfraquecimento e descentralização da economia determinaram a decadência do poder central e, a fragmentação do império do Ocidente, substituído por diversos Reinos Bárbaros.

O Sistema Feudal

A formação do feudalismo, na Europa Ocidental, envolveu uma série de elementos estruturais, de origem romana e germânica, associados aos fatores conjunturais, num longo período, que engloba a crise do Império Romano a partir do século III, a formação dos Reinos Bárbaros e a desagregação do Império Carolíngio no século IX.

Os povos "bárbaros", ao ocuparem parte das terras do Império Romano, contribuíram com o processo de ruralização e com a fragmentação do poder, no entanto assimilaram aspectos da organização sócio econômica romana, fazendo com que os membros da tribo se tornassem pequenos proprietários ou rendeiros e, com o passar do tempo, cada vez mais dependentes dos grandes proprietários rurais, antigos líderes tribais.

O colapso do "Mundo Romano" possibilitou o desenvolvimento de diversos reinos de origem bárbara na Europa, destacando-se o Reino dos Francos, formado no final do século V, a partir da união de diversas tribos francas sob a autoridade de Clóvis, iniciador da Dinastia Merovíngia. A aliança das tribos, assim como a aliança de Clóvis com a Igreja Católica impulsionou o processo de conquistas territoriais, que estendeu-se até o século IX e foi responsável pela consolidação do "beneficium", que transformaria a elite militar em elite agrária. O "Beneficium"(feudo) era uma instituição bárbara, a partir da qual o

chefe tribal concedia certos benefícios a seus subordinados, em troca de serviços e principalmente de fidelidade. Suserano é o senhor que concede o benefício, enquanto que vassalo é o senhor que recebe o benefício. Esta relação, na verdade bastante complexa, tornou-se fundamental durante a Idade Média e serviu para preservar os privilégios da elite e materializava-se a partir de três atos: a homenagem, a investidura e o juramento de fidelidade. Portanto, o poder político feudal era descentralizado, havendo diversos senhores feudais exercendo o seu poder em seus territórios, independentemente da presença política do poder real.

A economia feudal possuía base agrária, ou seja, a agricultura era a atividade responsável por gerar a riqueza social naquele momento. Ao mesmo tempo, outras atividades se desenvolviam, em menor escala, no sentido de complementar a primeira e suprir necessidades básicas e imediatas de parcela da sociedade. A pecuária, a mineração, a produção artesanal e mesmo o comércio eram atividades que existiam, de forma secundária.

A sociedade feudal era composta por duas classes sociais básicas: senhores e servos. A estrutura social praticamente não permitia mobilidade, sendo, portanto que a condição de um indivíduo era determinada pelo nascimento, ou seja, quem nasce servo será sempre servo. Utilizando os conceitos predominantes hoje, podemos dizer que, o trabalho, o esforço, a competência e etc., eram características que não podiam alterar a condição social de um homem. O senhor era o proprietário dos meios de produção, enquanto os servos representavam a grande massa de camponeses que produziam a riqueza social. Porém podiam existir outras situações: a mais importante era o clérigo. O clero possuía grande importância no mundo feudal, cumprindo um papel específico em termos de religião, de formação social, moral e ideológica. No entanto esse papel do clero é definido pela hierarquia da Igreja, quer dizer, pelo Alto Clero, que por sua vez é formado por membros da nobreza feudal. Originariamente o clero não é uma classe social, pois seus membros ou são de origem senhorial (alto clero) ou servil (baixo clero). Bispos e abades se transformaram em senhores feudais. A Igreja também tinha o monopólio da cultura, pois saber ler e escrever eram privilégio de bispos, padres, abades, monges. Os membros do clero passaram a participar da administração pública, e a Igreja ocupou lugar de grande importância na sociedade. Os mosteiros tornaram-se centros culturais e de jurisdição do papa, controlador do pensamento teocêntrico e dos dogmas religiosos.

Crise Estrutural do Sistema Feudal

O feudalismo entra em crise a partir do século XIV. É um processo de longa duração que conta com uma série de fatores determinantes. Entre outros pontos, podemos destacar que a mudança nas relações

econômicas foi de grande importância para que as práticas e regras que regulavam o interior dos feudos sofressem significativas transformações.

O caráter auto-sustentável dos feudos perdeu espaço para uma economia mais integrada às trocas comerciais. Ao mesmo tempo, a ampliação do consumo de gêneros manufaturados e especiarias, e a crise agrícola dos feudos trouxeram o fim do equilíbrio no acordo estabelecido entre servos e senhores feudais. As relações feudais em algumas regiões sofreram um processo de relaxamento que dava fim a toda rigidez constituída na organização do trabalho. Os senhores de terra, cada vez mais interessados em consumir produtos manufaturados e adquirir especiarias, passavam a estreitar relações com a dinâmica econômica urbana e comercial, muito presente nos burgos através dos burgueses. Para tanto, acabavam por dar mais espaço para o trabalho assalariado ou o arrendamento de terras em troca de dinheiro.

De forma geral, esse processo marcou um período de ascensão da economia européia entre os séculos XII e XIII. No entanto, o século seguinte seria marcado por uma profunda crise que traria grande reformulação ao mundo feudal. Entre 1346 e 1353, uma grande epidemia de peste bubônica (peste negra) liquidou aproximadamente um terço da população européia. Com isso, a disponibilidade de servos diminuiu e os salários dos trabalhadores elevaram-se significativamente. Assim como a Guerra dos Cem Anos, envolvendo França e Inglaterra entre os anos de 1337-1453, (de acordo com as datas convencionais). A longa duração desse conflito explica-se pelo grande poderio dos ingleses de um lado e a obstinada resistência francesa do outro. Ela foi a primeira grande guerra européia que provocou profundas transformações na vida econômica, social e política da Europa Ocidental. Sem esquecer do movimento cruzadista que a partir do século XI estabeleceu transformações sociais significativas.

Esse processo fez com que as obrigações servis fossem cada vez mais rígidas, tendo em vista a escassez de trabalhadores. Os grandes proprietários de terra acabaram criando leis que dificultavam a saída dos servos de seus domínios ou permitia a captura daqueles que fugissem das terras. A opressão dos senhores acabou incitando uma série de revoltas camponesas em diferentes pontos da Europa. Essas diversas rebeliões ficaram conhecidas como "jacqueries".

No século XV, o declínio populacional foi superado reavivando a produção agrícola e as atividades comerciais. Essa fase de recuperação ainda não foi capaz de resolver as transformações ocorridas naquela época. A baixa produtividade dos feudos não era capaz de atender a demanda alimentar dos novos centros urbanos em expansão que, ao mesmo tempo, tinham seu mercado consumidor limitado pela grande população rural.

Tantos empecilhos gerados à economia do século XV só foram superados com a exploração de novos mercados que pudessem oferecer metais, alimentos e produtos. Esses mercados só foram estabelecidos com o processo de expansão marítima, que deflagrou a colonização de regiões da África e da América. Dessa forma, a economia mercantilista dava um passo decisivo para que um grande acúmulo de capitais se estabelecesse no contexto econômico europeu.